



À ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/2026

A empresa NUTRI LIFE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA, já qualificada nos autos do certame em epígrafe, vem, respeitosamente, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO em face da decisão que classificou a empresa SERGIO RICARDO LESSA no lote 19, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

I. DA SÍNTESE DOS FATOS

A Recorrente participou regularmente do Pregão Eletrônico nº 90.034/2026, cujo objeto consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de fórmulas e suplementos nutricionais destinados ao atendimento das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo/RJ.

No item 19, o edital exige “suplemento nutricional para pessoas acima dos 50 anos, com proteínas, adicionado de vitaminas e minerais para adultos, apresentação lata de 370 g ou mais, referência Nutren Senior sabor baunilha”.

A Nutri Life ofertou o produto Megamix Advance Senior, da fabricante Eremix, produto desenvolvido especificamente para o público adulto/sênior, com composição nutricional adequada à finalidade do item, regularidade sanitária e ampla participação em fornecimentos públicos.

Todavia, a empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar apresentou graves inconsistências documentais e técnicas, especialmente quanto à ausência de comprovação válida da qualificação econômico-financeira



exigida no edital, ausência de comprovação sanitária compatível com o objeto e fragilidade técnica do produto ofertado, razões pelas quais sua habilitação não pode ser mantida.

II. DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O edital, em seu item 18.1, exige expressamente certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, quando aplicável, além das demais certidões econômico-financeiras pertinentes.

A exigência editalícia não possui caráter facultativo. Trata-se de requisito objetivo de habilitação, vinculado à análise da capacidade econômico-financeira da empresa participante para execução contratual perante a Administração Pública.

Entretanto, verifica-se que a empresa classificada em primeiro lugar deixou de apresentar documento essencial exigido no edital, circunstância que inviabiliza sua habilitação.

A ausência de certidão obrigatória não configura mera irregularidade sanável ou formalismo excessivo, mas falha material que compromete a segurança da contratação pública e afronta diretamente os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e isonomia entre os licitantes.

Admitir a manutenção da habilitação sem a apresentação da documentação exigida significaria tratamento desigual às empresas que efetivamente cumpriram todas as exigências editalícias.



III. DA AUSÊNCIA DE ALVARÁ SANITÁRIO COMPATÍVEL COM O OBJETO LICITADO

O edital exige expressamente documentação sanitária válida e compatível com o objeto da contratação.

Ocorre que o documento apresentado pela empresa SERGIO RICARDO LESSA REPRESENTAÇÕES demonstra apenas atividades genéricas relacionadas à representação comercial e agentes do comércio.

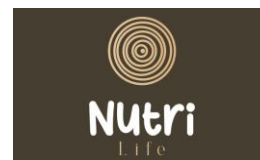
Além disso, o próprio documento contém observações extremamente relevantes, dentre elas:

“o endereço informado deve ser exclusivamente ponto de recebimento de correspondências, não sendo permitido o exercício de atividades econômicas no local.”

Tal ressalva evidencia que o documento apresentado não comprova efetiva autorização sanitária para armazenamento, manipulação, distribuição ou fornecimento de alimentos especiais/suplementos nutricionais destinados à rede pública de saúde.

Mais grave ainda é o fato de que o certificado apresentado esclarece que a análise refere-se apenas à viabilidade e ao zoneamento, não possuindo força de licença sanitária específica para o objeto contratado.

A Administração Pública não pode flexibilizar exigências sanitárias em contratação voltada à saúde pública, especialmente em produtos destinados a pacientes adultos, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade nutricional.



O fornecimento de suplemento nutricional exige estrutura adequada de armazenamento, rastreabilidade, controle sanitário, controle de validade, conservação e conformidade regulatória, circunstâncias não comprovadas pela documentação apresentada pela primeira colocada.

IV. DA INCOMPATIBILIDADE TÉCNICA DO PRODUTO OFERTADO

O produto ofertado pela empresa primeira colocada é o “BioSen Nutrir”, classificado em seu próprio rótulo como “suplemento alimentar em pó”, destinado genericamente ao público acima de 18 anos.

Todavia, o edital não buscou simples suplemento alimentar genérico. O objeto foi claramente direcionado ao público acima dos 50 anos, utilizando como referência Nutren Senior, produto reconhecidamente voltado ao público sênior, com perfil nutricional específico.

A diferença técnica é relevante e não pode ser ignorada pela Administração.

Produtos voltados ao público sênior normalmente apresentam formulações nutricionais específicas para manutenção de massa muscular, suporte metabólico, aporte proteico adequado, vitaminas e minerais voltados às necessidades fisiológicas do envelhecimento.

O produto ofertado pela Nutri Life — Megamix Advance Senior — foi desenvolvido justamente para essa finalidade, apresentando perfil técnico e nutricional compatível com o público-alvo do edital.



Já o produto BioSen Nutrir se apresenta de forma genérica, sem demonstração técnica robusta de direcionamento específico ao público acima de 50 anos, conforme pretendido pela Administração.

V. DA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DAS EXIGÊNCIAS REGULATÓRIAS

O Termo de Referência estabelece que somente será admitida oferta de produto previamente notificado/regularizado perante ANVISA, conforme aplicável, bem como produtos que observem integralmente as regras de rotulagem nutricional vigentes.

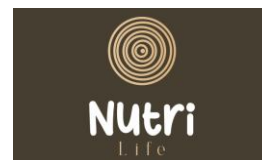
Além disso, os produtos destinam-se ao atendimento de unidades de saúde e demandas judiciais vinculadas ao fornecimento de insumos nutricionais.

Dessa forma, não basta mera comercialização informal ou representação comercial genérica. É indispensável que a empresa demonstre regularidade sanitária compatível com a complexidade e responsabilidade do objeto contratado.

VI. DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O próprio edital determina que apenas poderão participar empresas legalmente estabelecidas e com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

Também estabelece que a Administração deverá observar rigorosamente os requisitos de habilitação previstos. Não cabe, portanto,



relativizar exigências expressas apenas para viabilizar a manutenção da empresa provisoriamente classificada.

A vinculação ao edital constitui princípio básico das licitações públicas, previsto na Lei nº 14.133/2021, impedindo interpretações subjetivas ou flexibilizações que comprometam a igualdade entre os participantes.

VII. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

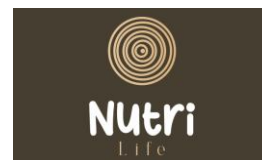
a) o recebimento e provimento do presente recurso administrativo;

b) a inabilitação da empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar no item 19, diante da ausência de documentação econômico-financeira obrigatória exigida pelo edital;

c) a inabilitação da empresa primeira colocada em razão da ausência de comprovação válida de licença/alvará sanitário compatível com comércio, armazenamento e fornecimento de alimentos especiais e suplementos nutricionais destinados à saúde pública;

d) a realização de análise técnica rigorosa quanto à efetiva compatibilidade do produto “BioSen Nutrir” com as exigências nutricionais do item destinado ao público acima de 50 anos;

e) subsidiariamente, caso não seja esse o entendimento imediato, que seja instaurada diligência específica para verificação da efetiva regularidade sanitária e compatibilidade técnica do produto ofertado;



f) a convocação da empresa Nutri Life Distribuidora de Alimentos Especiais Ltda., segunda colocada, para prosseguimento no item 19, com o produto Megamix Advance Senior;

g) por fim, requer-se que eventual decisão de indeferimento enfrente expressamente todos os pontos ora levantados, especialmente quanto à ausência documental, limitação sanitária do licenciamento apresentado e inadequação técnica do produto ofertado.

Nestes termos, pede deferimento.

Erechim/RS, 26 de maio de 2026.

NUTRI LIFE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ nº 51.879.256/0001-51
FELIPE CALDART
CPF Nº 027.974.010-77

Nutri
Life